



Índice

- 01** RJ – Vídeo conta a história do Quilombo das Guerreiras
- 02** Indígenas Tupinambá da Serra do Padeiro denunciam constantes ameaças por parte da Força de Segurança
- 03** MPF/AM e Comitê da Verdade realizam evento para debater autoritarismo na Amazônia
- 04** Videoaulas: O Estado e os Povos Indígenas no Brasil
- 05** MPF, MP/ES e Iema assinam termo socioambiental com Jurong e pescadores
- 06** Sobe para quase 20 mil o número de pessoas afetadas pela cheia em Rondônia
- 07** Indígenas e agricultores familiares se unem no comércio de castanha-do-Brasil
- 08** Índio quer escola, se não der o pau vai comer
- 09** A Justiça que se curva, por Eduardo Riedel
- 10** A fraude da autodeclaração racial
- 11** Governo propõe área maior para comunidade remanescente na Bahia
- 12** Vestibular Indígena da UFRR abre período de inscrições
- 13** Peça baseada em lenda indígena é encenada em reserva no Amazonas
- 14** Índio do MS morre atropelado em rodovia de Lebon Régis
- 15** Índios Zoé recebem cirurgias de catarata em Óbidos, PA



- 16 Programa Saúde Itinerante atende centenas de moradores no rio Iaco, em Sena Madureira
- 17 Polícia apreende madeira ilegal após denúncias em Manacapuru, no AM
- 18 Índios de Palmeirinha começam a trabalhar no frigorífico da Coasul
- 19 Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada
- 20 Kaingangs e Guaranis trabalham juntos em frigorífico no Paraná
- 21 Perfil - Conheça Rosivaldo Ferreira da Silva, o futuro rei de Babaulândia
- 22 Palmas reforça candidatura a sede dos Jogos Mundiais Indígenas a Ministério
- 23 Última semana para inscrição em Curso sobre Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
- 24 Guaíra – Indígena menor de idade é estuprada durante dois dias
- 25 Aldeia ganha colégio e reforça cultura de etnias indígenas
- 26 Escola cristã abre novos horizontes para crianças indígenas na Colômbia
- 27 Marinha propõe novo acordo para quilombolas na Bahia
- 28 Convite: Quarta Inquietante em Salvador – “Direitos Indígenas na América Latina: Os Desafios do Estado Brasileiro”, amanhã, 26 de março
- 29 Seminário Carajás 30 anos
- 30 Carta Aberta das Comunidades Indígenas Tupiniquim e Guarani do Estado Espírito Santo



RJ – Vídeo conta a história do Quilombo das Guerreiras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2014

“Mulheres Guerreiras”, vídeo produzido pelo coletivo “Pela Moradia” homenageia e conta a história do “Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras”. Um coletivo que ocupou um prédio abandonado há vinte anos, e que durante sete anos resistiu à especulação imobiliária na região portuária, mostrando ser possível viver coletivamente em um modelo de autogestão e organização que prioriza as relações sociais e o apoio mútuo.

Favela 247

Após ser ocupado um prédio na Avenida Francisco Bicalho, 49, região portuária do Rio de Janeiro, serviu por mais de sete anos como espaço para a prática do convívio e construção coletiva e modelo de autogestão. No espaço, abandonado há vinte anos, obras de melhorias foram realizadas, e delas surgiram cozinha, biblioteca, espaço de festa e de aula. Tudo construídos com o trabalho de um grupo de mulheres sem-teto que, em 2006, ocupou o prédio. Sozinhas elas revitalizaram esse espaço. Com parceiros, foram capazes de alfabetizar jovens e adultos, de organizar projetos de reforço escolar e levar o cinema aos seus moradores.

Mas toda essa experiência e construção não resistiram ao modelo de revitalização pensado pelo município do Rio. Com o avanço das obras do Porto Maravilha a especulação imobiliária cresceu e a “Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras” foi removida do local. Entretanto elas continuam organizadas, agora, como Coletivo de Moradores do Quilombo das Guerreiras. Exigindo moradia coletiva, garantida pela prefeitura.

Em homenagem a essa história de resistência, reorganização social e luta o coletivo Pela Moradia, que denuncia violações e presta apoio à luta popular pelo direito à moradia, gravou o vídeo Mulheres Guerreiras, uma homenagem a essas mulheres que não desistam da luta e buscam os seus direitos de ocupar e viver da forma que sonham e desejam. Realizado por Gui Moraes, Luiza Colombo e Matheus Grandi, o filme conta com depoimentos dos antigos moradores da ocupação e traz imagens do espaço no ato da chegada do coletivo e após a sua organização.

Assista abaixo ao vídeo na íntegra.

https://www.youtube.com/watch?v=q8cYHXxcmlL4&feature=player_embedded



Indígenas Tupinambá da Serra do Padeiro denunciam constantes ameaças por parte da Força de Segurança

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2014

Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro

Buerarema, 24 de março de 24

Documento denúncia para as autoridades Superior e aliados FUNAI, 6ª Câmara Ministério da Justiça, CIMI, ANAÍ, ONU e outros.

Nós Índios Tupinambás da serra do Padeiro, estamos sendo vítima de constantes ameaças por parte da força de segurança, que foi mandado pra dentro da nossa aldeia. Eles estão sempre forjando situações para nos incriminar, dando tiros de armas pesadas todas as noites. O Exército Brasileiro tem feito desde que entrou em nossa aldeia destruiu vários pertences de varias famílias indígenas, nos já tiramos e enviamos varias fotos das ilegalidades em que os mesmos vem fazendo. Mas nesses últimos dias a situação se intensificou um pouco mais após agredir (bater) no índio de nossa aldeia, o motivo da tal agressão foi para saber onde estava o cacique e seus irmãos com varias perguntas o forçando a falar o que o índio não sabia. E os mesmos. "Dizia que queria saber de Teite e do cacique Babau e que queria fuzilá-los quando o encontrar". Esta mesma denuncia feita por nos, são as mesmas feitas pelos não índios que são coagidos para saber onde esta o Cacique Babau e quando os mesmo não saber responder eles fazem ameaças do Exército.

No dia 22 de março de 2014, a índia Jeovana menor de idade 14 anos, estava vindo da casa de farinha aproximadamente 1Km ½ para a sua residência ela diz que foi abordada por alguns policiais, a mesma estava sozinha, os mesmos a revistou fazendo toques em seu corpo e pediu que levanta-se sua blusa a mesma ficou muito constrangida com a situação. No dia 23 de março de 2014 retornou vários homens policiais, abordou um pequeno grupo de produtores em suas residências, querendo que os mesmos desse suas propriedades para eles montarem outra base Militar. Os Policiais fizeram muitas perguntas e com as mesmas ameaças expressando e afirmando que quer fuzilar o cacique e seus irmãos, os mesmo falam, "os fazendeiros perde a terra mas pelo menos o líder dos Tupinambás vamos matar".

Eu cacique Babau estou 24 quatro hs dentro da aldeia sempre no mesmo local, por dia no mínimo 200 pessoas tem o contato com minha pessoa. Queremos saber porque esses policiais estão ameaçando famílias índias e não índias para me encontrar e me matar, pois todos sabem onde eu moro, todas as vezes que os lideres deles querem falar comigo eu sempre recebi. Mas não dar para aceitar que policiais mandado supostamente para proteger fique junto com a direção da Coelba e supostos fazendeiros forjando provas e incriminando situações para denegrir a imagem das pessoas e da aldeia inteira, como se seus lideres fossem criminosos por lutar pelos seus direitos.

"Se alguma coisa acontecer com minha pessoa e meus irmãos, foi essa Policia que esta aqui na região, que o ministro mandou para a aldeia. Sendo que a ordem de matar partiu do Deputado Geraldo Simões".

Rosivaldo Ferreira da Silva

Rosivaldo Ferreira da Silva – Cacique Babau



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

MPF/AM e Comitê da Verdade realizam evento para debater autoritarismo na Amazônia

SÍTIO PR/AM, 24.03.2014

Evento será realizado no próximo dia 28, no ICHL da Ufam, a partir das 9h; debate vai relembrar aniversário de 50 anos do golpe militar e discutir seus prejuízos e efeitos na região

Em parceria com o Comitê da Verdade no Amazonas, o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) vai realizar, na próxima sexta-feira, 28 de março, o evento "Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois", como parte das atividades do projeto MPF em Movimento. Às vésperas do aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964, o evento se propõe a discutir a situação de povos da Amazônia frente aos empreendimentos e modelos vigentes, no passado e no presente.

O debate será realizado a partir das 9h, no auditório Rio Solimões, localizado no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), setor norte do campus. A mesa de convidados contará com a participação do antropólogo e professor da Ufam Alfredo Wagner, da liderança indígena Ivanildo Tenharim, do procurador da República Julio Araujo e do procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil. Após a exposição da mesa, haverá espaço para debates e propostas de atuação conjunta.

Representantes de todos os movimentos sociais atuantes em Manaus e na região metropolitana podem participar do evento. Para confirmar a participação basta enviar e-mail para o endereço eletrônico mpfemmovimento_pram@pram.mpf.gov.br, identificando-se pela entidade ou órgão de que faz parte.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Videoaulas: O Estado e os Povos Indígenas no Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2014

Série de videoaulas produzidas a partir do acervo do curso de formação política de lideranças indígenas, realizado pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisa (Cinep), pelo Laced/Museu Nacional/UFRJ, pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). Destina-se a subsidiar a formação política e intelectual de lideranças, pesquisadores e estudantes indígenas no ensino superior, com vistas a fins práticos e reflexivos.

A série procura, para tanto, fornecer ao público indígena um olhar crítico sobre o Brasil e as instituições políticas de países moldados pela colonização europeia. Nossa intenção é que esse olhar seja compatível à perspectiva de seu pertencimento diferenciado ao Estado nacional brasileiro como cidadãos indígenas, e lhes permita criticar e produzir conhecimento alternativo, por meio de seus próprios interesses e processos de pesquisa.

Acesse aqui

([http://etc.us4.list-manage1.com/track/click?](http://etc.us4.list-manage1.com/track/click?u=f75ab2041e7142e66f1f515c6&id=7cacd1a098&e=a9ac95cca1)

[u=f75ab2041e7142e66f1f515c6&id=7cacd1a098&e=a9ac95cca1](http://etc.us4.list-manage1.com/track/click?u=f75ab2041e7142e66f1f515c6&id=7cacd1a098&e=a9ac95cca1)) o conteúdo das videoaulas.



MPF, MP/ES e Iema assinam termo socioambiental com Jurong e pescadores

SÍTIO MPF, 24.03.2014

Estaleiro deverá repassar R\$ 1,5 milhão para comunidades tradicionais, dinheiro que deverá ser investido em projetos em prol dos pescadores

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), juntamente com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), firmou um termo de compromisso socioambiental com o Estaleiro Jurong e com a Associação de Pescadores de Barra do Riacho e Barra do Sahy. Segundo o documento, a Jurong fica comprometida a depositar judicialmente R\$ 1,5 milhão, valor que deverá ser aplicado em favor da Associação de Pescadores, em projetos posteriormente definidos por meio de reuniões e audiências públicas. Caso o compromisso seja descumprido, total ou parcialmente, a Jurong poderá pagar multa diária de R\$ 25 mil.

A assinatura do termo de compromisso socioambiental fez-se necessária após discordâncias quanto a uma das condicionantes do licenciamento ambiental que a Jurong deve cumprir para instalação do estaleiro na região de Barra do Sahy, em Aracruz, norte do Estado. Trata-se da condicionante nº 18, que, em sua redação originária, previa que a empresa deveria dragar detritos minerários dentro da área do empreendimento, a fim de possibilitar a destinação do material para negociação comercial pelos pescadores da região.

No entanto, foram constatados obstáculos ao cumprimento da condicionante, ocasionados, especialmente, pela existência de detentores de títulos minerários na região; pela ausência de conhecimentos técnico e mercadológico por parte dos pescadores sobre como explorar economicamente material biodetrítico em larga escala; pela impossibilidade de a empresa comercializar diretamente o material; e pela ausência de documento do órgão competente que autorize o comércio do material pelos pescadores.

Essa dificuldade de cumprimento da condicionante acarretou a reavaliação dos seus termos, para que, de fato, acontecesse a efetivação da cláusula, bem como atendesse aos interesses da comunidade pesqueira. Após intensos debates, realizou-se perícia na área e foi constatada a inviabilidade econômica na exploração do material biodetrítico. Em uma reunião realizada em fevereiro deste ano, a Jurong consentiu em assegurar um patamar mínimo de R\$ 1,5 milhão, caso o resultado da perícia apontasse uma valoração inferior, oferta que foi mantida em 17 de março.

O MPF/ES, o MP/ES e as associações de pescadores entenderam que o valor oferecido pode representar ganhos efetivos à comunidade pesqueira. Com a assinatura do termo, o Iema pode emitir a autorização de dragagem da área para a Jurong.

Acompanhamento - Além disso, foi instituída a Comissão de Acompanhamento do Termo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Compromisso Socioambiental. Essa comissão é composta por um representante da Procuradoria da República em Linhares; um do MP/ES; um membro do Iema; um da Associação de Pescadores de Barra do Riacho e Barra do Sahy; e um da Colônia Z-7. Os trabalhos serão coordenados pelo MPF e pelo MP Estadual e haverá reuniões mensais, até a aplicação integral dos recursos repassados pela Jurong.

O termo de compromisso tem vigência até a completa e adequada destinação dos recursos financeiros.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal no Espírito Santo
E-mail: ascom@pres.mpf.gov.br
Telefone: (27) 3211-6444 / 3211-6451
www.twitter.com/MPF_ES



Sobe para quase 20 mil o número de pessoas afetadas pela cheia em Rondônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.03.2014

Ana Cristina Campos – Repórter da Agência Brasil

Subiu para quase 20 mil o número de pessoas afetadas em Rondônia pela cheia histórica do Rio Madeira, principalmente em Porto Velho e em 15 distritos – região com 1.900 famílias desalojadas e 1.362 desabrigadas, segundo a Defesa Civil Estadual. Guajará-Mirim e Nova Mamoré também foram muito prejudicadas.

Desde sábado (22), o Rio Madeira em Porto Velho subiu dez centímetros e atingiu hoje (24) a marca de 19,52 metros, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA). O recorde histórico havia sido registrado em 1997, quando subiu 17,52 metros acima do nível normal.

“Voltou a chover desde sábado na cabeceira do Rio Mamoré, na fronteira entre Brasil e Bolívia. Por isso, o rio [Madeira] voltou a subir tão rápido. Esperamos que até o fim do mês [o nível do rio] se estabilize”, disse o coordenador de comunicação da Defesa Civil estadual, tenente-coronel bombeiro Demargli da Costa Farias.

O tráfego na BR-364, no quilômetro 232, na altura da cidade de Cacoal, em Rondônia, está em meia pista e apenas veículos pequenos são autorizados a passar. Ontem (23), o asfalto cedeu nas duas pistas e uma cratera se abriu na estrada.

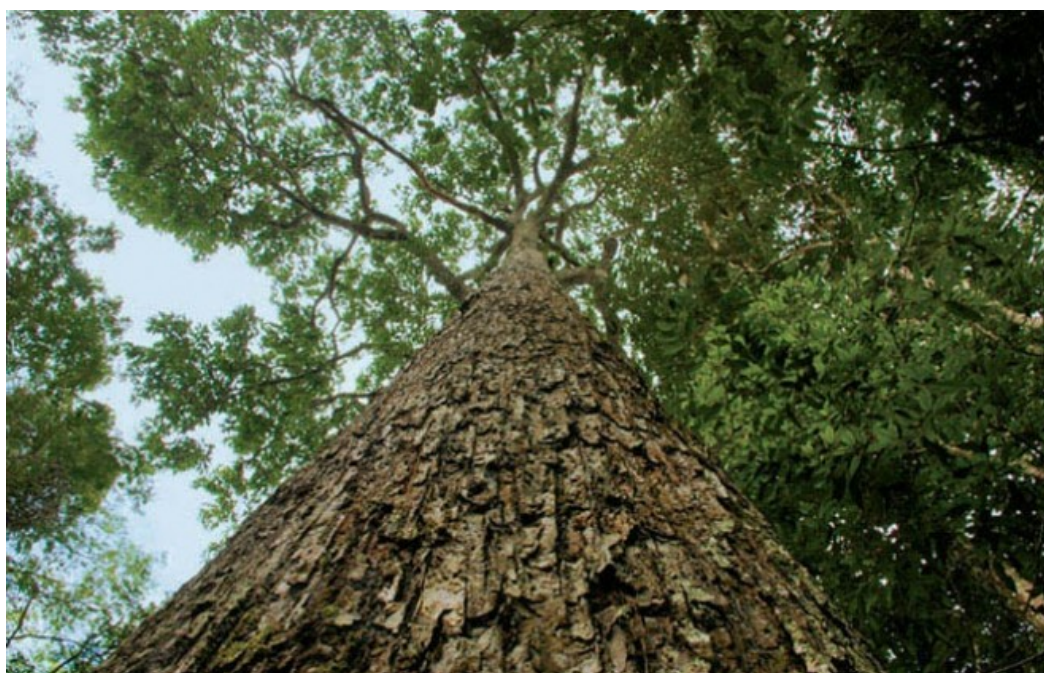
Entre os quilômetros 862 e 868 da BR-364, desde sexta-feira (21), o tráfego continua interrompido. Por causa das chuvas que caem na região, o volume de água sobre a pista atingiu 1,40 metro de altura, comprometendo a segurança dos motoristas que trafegam no local.

Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para amenizar os transtornos dos moradores que necessitam da rodovia para abastecimento, serão construídos ancoradouros alternativos para travessia dos veículos com o auxílio de balsas.

A expectativa é que as balsas comecem a operar em quatro dias e atendam prioritariamente ao transporte de gêneros de primeira necessidade (alimentos, medicamentos e combustível), com destino às comunidades da região oeste de Rondônia e também ao Acre.

Edição: Denise Griesinger

Indígenas e agricultores familiares se unem no comércio de castanha-do-Brasil
SÍTIO ÁGUA BOA NEWS, 24.03.2014



O Povo Indígena Zoró, que vive no Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia, firmou uma parceria com a Cooperativa dos Produtores Rurais Organizados para Ajuda Mutua – (Coocaram) para a comercialização de 20 toneladas de castanha do Brasil in natura. Com apoio do Projeto Pacto das Águas, patrocinado pela Petrobras por meio do Programa Petrobras Socioambiental, o preço pago à associação indígena foi R\$ 3,50 o quilo, valor bem acima da média comercializada na região para esse período.

As amêndoas produzidas pelos Zoró são consideradas uma das melhores de toda a Amazônia, graças a várias capacitações que receberam ao longo dos últimos anos como cuidados na coleta, secagem e armazenamento. Estruturas fornecidas pelo projeto Pacto das Águas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) como barracões, mesas de secagem e até mesmo a instalação de um secador rotativo garantem a qualidade da castanha, que atraiu o interesse da cooperativa de agricultores familiares que atua em todo o estado rondoniense.

"A comercialização beneficiou cerca de cem pessoas e foi realizada no final de fevereiro, época em que a oferta das amêndoas está aquecida, mas a demanda está em baixa, pois se concentra no período natalino, explica Sávio Gomes, articulador regional do projeto.

Ao todo, os Zoró já coletaram cerca de 80 toneladas nesta safra, sendo que outras quinze

CONT.



foram comercializadas para uma empresa de São Paulo, com preço de R\$ 4,00 o quilo. O restante está armazenado na sede da Associação do Povo Indígena Zoró (Apiz), que paga R\$ 3,00 o quilo para seus associados, tendo beneficiado, até o momento mais de 70 famílias.

Além dos Zoró, e com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Pacto das Águas está apoiando a produção de outros povos indígenas nos estados de Rondônia e Mato Grosso como Gavião, Arara, Cinta-Larga e Rikbaktsa. Com apoio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, o projeto atua também as famílias que fazem parte da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.

O Pacto das Águas, desenvolvido por uma Oscip de mesmo nome, é um projeto de caráter regional que apoia povos indígenas e seringueiros em sua organização social, nos processos de capacitação e na estruturação do sistema de coleta, seleção, armazenamento e comercialização de castanha do Brasil. Além disso, fomenta processos de gestão territorial e geração de renda baseados no uso sustentável da floresta e no respeito às formas de organização social destes povos.

O objetivo é articular uma rede de parceiros e agências financiadoras para a constituição de um programa regional de desenvolvimento sustentável, cabendo ao Pacto das Águas o apoio à gestão social e à assistência técnica para a estruturação do sistema de comercialização de 160 a 300 toneladas anuais de castanha e 25 ton. de borracha, envolvendo diretamente mais de 1.000 pessoas de cinco Terras Indígenas que abrangem em seu conjunto aproximadamente de 1,9 milhões de hectares nos estados de Rondônia e Mato Grosso além da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em Mato Grosso.



Índio quer escola, se não der o pau vai comer

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.03.2014

Vários líderes indígenas se reuniram ontem, domingo (23), no prédio da Universidade Federal do Maranhão, em Grajaú. Os indígenas dizem que a educação indígena no Estado é de péssima qualidade e reclamam também da péssima qualidade da merenda escolar fornecida por uma empresa terceirizada. As lideranças afirmam ainda que os pagamentos dos motoristas que têm seus carros alugados para fazer o transporte escolar entre as aldeias e as escolas está atrasado. Os caciques ameaças fechar a BR-226 entre os municípios de Grajaú e Barra do Corda e derrubar as torres de transmissão de energia da Eletronorte, que passam por dentro da reserva indígena.

As lideranças alegaram que sem transporte escolar os índios migram para a cidade perdendo sua cultura, muitos deles expostos à cultura dos brancos uso de drogas, bebidas alcoólicas e prostituição. Um dos fatos comprovados e reclamado pelo líder João Madrugada foi à realidade de muitos indígenas vivendo no lixão público de Grajaú, um desrespeito com a classe indígena disse o líder.

As lideranças acertaram na reunião que alguns indígenas acamparão na porta da SEDUC-MA, em São Luis, enquanto outro grupo fechará a BR 226 por tempo indeterminado. Os cacique decidiram ameaçar a durrubada das torres de transmissão de energia da Eletronorte que passam pela reserva. A data dos protestos não foi divulgada.

Osvaldo Amorim líder indígena afirmou que o ano letivo de 2014 já está comprometido. "O governo nunca honrou os compromissos e que os prestadores de serviços que estão com seus carros alugados estão no prejuízo", afirma o cacique.

Já para o líder Yrauchen Alves, o estado não tem compromisso com a educação indígena de modo geral. Segundo ele existem mais de 10 mil alunos fora da sala por falta de transporte. "O governo deu calote nos presidentes de associação e nos prestadores de serviços das empresas e não tem uma política voltada educacional para os alunos", afirma Alves.

Enquanto isso, a operação de expurgo da Terra Indígena Awá-Guajá, no oeste do estado do Maranhão, foi consumiu mais de R\$ 8 milhões de reais.



A Justiça que se curva, por Eduardo Riedel
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.03.2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, decidiu recentemente pela suspensão de reintegrações de posse em ações judiciais decorrentes de invasões de indígenas da etnia Tupinambá, na Bahia. A decisão merece atenção porque o problema pelos quais passam os produtores rurais baianos não é diferente do enfrentado por produtores sul-mato-grossenses e de outros Estados, obrigados a contratar defesa no questionamento sem precedentes de seus títulos de propriedade legais por parte da Funai, ONGs e Cimi.

O Poder Judiciário é a esperança para os que acreditam e respeitam o Estado de Direito, sendo que nos casos de invasão de propriedades privadas – ainda que a lei autorize o desforço imediato, ou desintrusão dos invasores pelo invadido – a reintegração de posse judicial é o caminho jurídico de que se valem os produtores. A postura que se observa no Poder Judiciário, entretanto, é no mínimo preocupante. Invasões das propriedades rurais, os juízes de primeiro grau, reconhecendo a validade de títulos legítimos dos produtores e deferem a liminar.

Porém, apesar de as reintegrações serem decisões judiciais, e o dito popular diz que decisão judicial se cumpre, elas não o são. Mais recentemente, os Tribunais Regionais Federais têm suspenso ordens de reintegração de posse, prática adotada agora também pelo STF.

O que nos deixa perplexos é o motivo dessas decisões, expresso pelo presidente do STF, como o receio de acirramento no conflito agrário, uma vez que os índios demonstram completo descaso à legislação brasileira afirmando que não cumprirão as ordens e resistirão à atuação da polícia. Temos o exemplo recente da desocupação de uma área em Sidrolândia (MS), no ano passado, quando um índio, em frente às autoridades policiais e câmeras de televisão, rasgou um mandado judicial e nada aconteceu.

O fato de o presidente da mais alta corte do País emitir uma mensagem como esta, determinando a suspensão de reintegração de posse em propriedades privadas simplesmente porque há índios dizendo que resistirão e por temor de conflito, faz ruir a esperança na manutenção da ordem jurídica brasileira. O Poder Judiciário se dobrou à simples manifestação de resistência dos índios quanto ao cumprimento de decisões judiciais como sendo motivo suficiente para que a reintegração de posse, repita-se, em uma propriedade privada, não seja efetivada. É o Estado brasileiro sucumbindo, reconhecendo que os indígenas não são submetidos ao nosso ordenamento jurídico, declarando que os títulos de propriedade dos produtores rurais não têm valor. E não se trata de terras indígenas porque a Funai assim as declarou, pois todas essas decisões são contestadas, administrativa e judicialmente.

A decisão proferida pelo STF é preocupante. Coloca em xeque a confiança de que a ordem e a segurança jurídica prevalecerão, fazendo com que os produtores rurais fiquem efetivamente à mercê das invasões de suas propriedades, lhes tirando todos os meios judiciais de defesa. E a quem o produtor ou qualquer outro cidadão poderá recorrer com o curvamento da Justiça diante das ameaças de descumprimento de suas decisões?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Eduardo Corrêa Riedel é presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul) e do Conselho Deliberativo do Sebrae/MS e vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



A fraude da autodeclaração racial

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 24.03.2014

Matéria publicada na Revista Veja mostra um esquema de fraudes na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). A revista mostra pessoas se declarando falsamente como negros ou índios para ter o acesso à universidade facilitado. O antropólogo Edward Luz denuncia esse esquema em muitos outros locais. Para ele, a própria é comum pessoas mestiças sem qualquer cultura indígena se declaram índios para receberem benesses do Estado.

Veja trechos da matéria da Veja:

A foto de uma jovem em uma praia, publicada no Facebook, motivou o comentário de uma amiga. "Ficou morena?", perguntou. A menina da foto, para não deixar dúvida sobre como se enxerga, respondeu com um palavrão irreproduzível: "Sou loira, p..." Desde setembro, a jovem da foto, Vanessa Daudt, frequenta o curso de enfermagem na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Uerj. Para a instituição, no entanto, ela apresentou uma ideia diferente sobre seu tom de pele e sua descendência. Vanessa declarou ser negra ou índia e afirmou ter baixa renda. Conseguiu, assim, ingressar na faculdade apesar de ter ocupado o 122º lugar na classificação geral, para um curso com 80 vagas.

Como cotista, Vanessa disputou 16 vagas com 34 candidatos – 2,19 interessados em cada cadeira. Na seleção normal, a corrida seria bem mais apertada: teria que brigar com 515 vestibulandos por 44 matrículas. O caso de Vanessa é um dos mais de 60 sobre as mesas dos promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio.

Na sexta-feira, no intervalo de uma das aulas do curso de enfermagem da Uerj, Vanessa, a estudante loira que abre este texto, defendeu seu direito ao benefício. Vanessa disse que sua documentação foi aceita, e que é "carente". Como não existe cota para quem é branco e carente, declarou-se "negra ou índia". "Digo que sou da cor que eu quiser", afirmou. Ela acertou em cheio a origem do problema do sistema das políticas raciais.

Vale, para os efeitos legais, a autodeclaração da cor da pele. De acordo com a legislação brasileira, não é função do Estado determinar a raça de uma pessoa. Ou seja: é negro ou índio quem decidir assim se classificar perante a instituição. Quando a universidade tenta interferir, a confusão é imensa, como provou o caso dos gêmeos univitelinos Alex e Alan Teixeira da Cunha – o primeiro classificado como branco e, o segundo, como negro pela Universidade de Brasília (UnB). O disparate no enquadramento de pessoas geneticamente idênticas levou a UnB a modificar o ingresso dos cotistas. Em vez da simples declaração do estudante, há uma entrevista pessoal com o candidato – algo que, obviamente, não corrige uma política torta, mas afugenta quem tenta se aproveitar de brechas legais.



Governo propõe área maior para comunidade remanescente na Bahia

SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.03.2014

Proposta prevê a concessão de 86 hectares do Tombo da Vila Naval da Barragem à comunidade remanescente de quilombo Rio dos Macacos

Foi oficializada na tarde da última sexta-feira (21) a quarta proposta do governo federal para solucionar a questão fundiária incidente sobre patrimônio público que integra o Complexo Naval de Aratu (BA) – o segundo maior do País – e que opõe a Comunidade Remanescente de Quilombo do Rio dos Macacos e a Marinha do Brasil.

A nova proposta prevê a concessão de 86 hectares do Tombo da Vila Naval da Barragem à comunidade remanescente de quilombo, o que representa uma área significativamente maior que a contemplada na terceira proposta (de 28,5 hectares), ofertada em outubro de 2013, em audiência pública na cidade de Salvador.

O território designado na proposição está inteiramente situado na área reivindicada pela comunidade tradicional. Além disso, aproximadamente 90% dos seus membros serão mantidos em suas habitações atuais.

A proposta foi fruto de tratativas que reuniram representantes da comunidade remanescente de quilombos, do governo da Bahia e de autoridades da esfera federal: Ministério da Defesa, Secretaria Geral da Presidência da República, Incra, Fundação Palmares e Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Sepir). A expectativa é que a comunidade responda à proposição até o próximo dia 16 de abril, quando ocorrerá uma nova reunião em Salvador.

A questão fundiária no Complexo Naval está judicializada desde 2009. Na região, além das famílias de descendentes dos antigos quilombos, vivem cerca de 400 famílias de militares. No local há ainda a barragem do Rio dos Macacos – imprescindível estrategicamente para o abastecimento e fornecimento de energia elétrica para a Base Naval de Aratu, que se localiza nas proximidades da área em conflito, e é a segunda mais importante do país.

De acordo com a consultora jurídica do Ministério da Defesa, a procuradora-federal Lívia Cardoso Viana Gonçalves, o governo federal tem trabalhado com afinco para solucionar a controvérsia. “Não há interesses predominantes nesse conflito. Tanto os quilombolas quanto a Marinha têm os seus direitos reconhecidos constitucionalmente. É nosso papel tentar equacioná-los”, explicou.

Acesso

Além de ampliar o tamanho da área ofertada, as autoridades governamentais trataram de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

solucionar um dos problemas que mais têm gerado tensões entre a comunidade tradicional e os militares: a questão do acesso dos quilombolas às suas casas, que hoje se dá por meio da única entrada existente, controlada pela Marinha.

O Ministério da Defesa já solicitou autorização judicial para construir uma nova entrada e uma via de acesso em favor da comunidade. Técnicos do Batalhão de Engenharia do Exército visitaram o local na última semana para a elaboração do projeto básico, para a posterior a realização das obras.

Além disso, no bojo das tratativas promovidas junto à comunidade remanescente de quilombo, foi celebrado um convênio entre o Governo Federal (Ministério da Defesa) e Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), para reforma e reconstrução das moradias da comunidade que estão ameaçadas de desabamento.

As obras, orçadas em cerca de R\$ 500 mil, devem ser iniciadas nos próximos dias, uma vez que o projeto básico e o licenciamento ambiental já estão concluídos.

Fonte:
Ministério da Defesa



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Vestibular Indígena da UFRR abre período de inscrições

SÍTIO VESTIBULAR.BRASILESCOLA, 24.03.2014

Isenções podem ser solicitadas nesta semana. Vagas são para ingresso 2014/2 e 2015/1.

Começaram nesta segunda-feira, 24 de março, as inscrições para o Processo Seletivo Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Elas seguem até às 18h de 11 de abril. A taxa é de R\$ 50.

Até sexta-feira, 28 de março, isenções poderão ser solicitadas pelos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por candidatos que se enquadrem na lei de isenção e por professores voluntários. O resultado sai em 4 de abril.

Quem não possuir acesso à internet pode usar os computadores da Comissão Permanente de Vestibular (CPV), que fica na Av. Ené Garcez, n.º 2413, Bloco IV, Bairro Aeroporto, Boa Vista. São ofertadas 189 vagas para ingresso no 2º semestre deste ano e no 1º de 2015, há reserva para portadores de necessidades especiais.

Seleção

Direito, Ciência da Computação, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Agronomia, Antropologia, Comunicação Social, Engenharia Civil, Gestão em Saúde Coletiva Indígena, Gestão Territorial Indígena, Licenciatura Intercultural, Medicina, Relações Internacionais, Psicologia, Secretariado Executivo e Zootecnia são os cursos oferecidos.

Em 7 de maio serão publicados os locais das provas do dia 18 seguinte, que na primeira fase terá questões de múltipla escolha e uma redação. A segunda etapa será a avaliação do currículo que deverá ser entregue. A pontuação preliminar será divulgada em 2 de julho e a oficial no dia 15 seguinte.

Neste mesmo dia também será disponibilizada a classificação provisória. O resultado final está previsto para 25 de julho. Outras informações podem ser conferidas no Manual do Candidato, por meio do telefone (95) 3621-3135 ou através do e-mail cpv@ufrr.br.

Por Dayse Luan

Peça baseada em lenda indígena é encenada em reserva no Amazonas

SÍTIO G1/AM, 24.03.2014

Programação celebra Dia da Árvore na Amazônia e o Dia Mundial da Água. Ribeirinhos acompanharam encenação na comunidade São João do Tupé.



Peça é baseada em história da mitologia indígena Tikuna (Foto: Divulgação/Semcom)

Uma peça baseada na mitologia indígena foi apresentada neste domingo (23), no encerramento da programação em homenagem ao Dia da Árvore na Amazônia e o Dia Mundial da Água. A encenação foi realizada no Centro de Desenvolvimento Sustentável Roberto Vieira, na comunidade São João do Tupé, uma das seis comunidades que integram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, em Manaus.

A peça 'Aykunã e a Árvore da Sabedoria' foi encenada pela Companhia Arte e Movimento Zona Cultural como parte das atrações do projeto Arte no Parque, que leva arte e cultura às unidades de conservação municipais. A apresentação conta a história da índia Aykunã, personagem da mitologia indígena Tikuna, e propõe uma reflexão sobre o papel do ser humano no planeta e a importância da preservação dos recursos naturais para a manutenção da vida na Terra.

Aykunã, que no idioma tikuna significa Filha de Nutapá, sai vagando em busca das sementes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

da água que permitirão salvar a humanidade. No caminho, se depara com os perigos da vida, representados pelo gavião, a cobra, as aves de rapina, e a sabedoria, simbolizada pela árvore da Samaumeira, que mostra a ela qual o verdadeiro caminho.

O espetáculo é dirigido por Leonel Worton e venceu cinco prêmios no Festival de Teatro da Amazônia em 2012, de acordo com a prefeitura de Manaus. A plateia foi integrada por crianças e adultos ribeirinhos, que moram na reserva, além de lideranças comunitárias. Após a apresentação, um plantio simbólico de árvores nativas foi realizado no local.



Índio do MS morre atropelado em rodovia de Lebon Régis
SÍTIO G1/SC, 24.03.2014

*Homem de 59 anos foi levado ao hospital, mas chegou sem vida.
Ele era natural de Dourados (MS) e trabalhava em uma fazenda de maçã.*

Um índio, de Dourados (MS), morreu atropelado em Santa Catarina na noite deste domingo (23). O homem de 59 anos foi atingido por um carro na SC-120, em Lebon Régis, Oeste catarinense.

As causas do acidente ainda estão sendo apuradas, mas segundo a Polícia Militar Rodoviária (PMRv) e o hospital, há suspeita de que a vítima e outros homens estivessem embriagados próximo da via.

O índio foi atingido por um Gol no km 183 da rodovia. Ele chegou a ser levado para o Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis, mas já chegou sem vida na unidade de saúde. O homem estava alojado em uma fazenda às margens da rodovia, onde trabalhava na colheita de maçã.

A PMRv informou que outras pessoas estavam com a vítima na hora do acidente, mas não soube precisar se ficaram feridas. Também não há confirmação se o homem atingido caminhava na via ou no acostamento.

Índios Zoé recebem cirurgias de catarata em Óbidos, PA
SÍTIO G1, 24.03.2014

*Cirurgias contemplaram cinco índios durante o final de semana.
Foi a primeira vez que vários pacientes foram submetidos a cirurgia.*



Médicos no momento da cirurgia oftalmológica em paciente indígena (Foto: Arquivo pessoal/Erik Jennings)

Cinco indígenas foram submetidos a cirurgias de catarata na aldeia indígena Zoé, localizada entre os rios Cuminapanema e Erepecuru, entre os municípios de Oriximiná e Óbidos, oeste do Pará, neste final de semana. O trabalho foi realizado em conjunto entre a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Na ocasião, foram atendidos dois homens e três mulheres com idades que variaram entre 66 e 77 anos. Os procedimentos foram feitos pela oftalmologista Nívea Saldanha, com a participação de enfermeiros e técnicos da Sesai.

A terra indígena foi classificada pelo Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do Estado do Pará como área de florestas estaduais, e inserida em diversas categorias de proteção ambiental.

A cirurgia já foi realizada outras vezes na aldeia indígena, mas esta é a primeira vez em que vários pacientes são submetidos aos procedimentos, o que envolve logística e estrutura técnica adequadas. "A iniciativa faz parte dos princípios que norteiam o programa de saúde Zoé, que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

sempre tenta respeitar ao máximo a cultura do povo e resolver os problemas de saúde dentro de própria área, evitando-se assim que os indígenas se desloquem até a cidade e sofram pressões étnicas e culturais”, afirmou o médico Erik Jennings, que coordena os trabalhos de saúde desde 2005.

I

Segundo o médico, a estrutura física do programa oferece segurança necessária para esses procedimentos cirúrgicos, haja vista que também foram realizadas cirurgias para colecistectomia por videolaparoscopia, cirurgias de hérnias e outros de média complexidade. Além desses procedimentos são contemplados os níveis de promoção da saúde e assistência básica.

Antes de iniciarem os procedimentos em 2007, a área recebeu visita do Conselho Regional de Medicina, Vigilância Sanitária e Conselho de Saúde, além da Secretaria Municipal de Saúde.

O projeto tem servido de modelo para o resto do Brasil e serviu como referência para algumas recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) no documento que fala sobre assistência à saúde a povos isolados e de baixo contato.



Programa Saúde Itinerante atende centenas de moradores no rio Iaco, em Sena Madureira

SÍTIO CONTILNET, 25.03.2014

Na sexta-feira (21) e no sábado (22), os atendimentos foram realizados na comunidade Recife, alto rio Iaco, abrangendo localidades vizinhas.

“É difícil descer pra rua levando muitas crianças, o gasto é grande, sem falar na preocupação. Por isso, hoje saímos de casa de madrugada, quando ainda estava tudo escuro, para sermos atendidos pela equipe do Saúde Itinerante. Graças a Deus, fomos bem atendidos. Deu tudo certo”. O depoimento marcante é da ribeirinha Josineide Gadelha, moradora da comunidade Campo Osório, rio Iaco.

Ela foi uma das inúmeras pessoas atendidas neste final de semana pelo programa Saúde Itinerante, colocado em prática pela Prefeitura de Sena Madureira, em parceria com o governo do Estado.

Na sexta-feira (21) e no sábado (22), os atendimentos foram realizados na comunidade Recife, alto rio Iaco, abrangendo localidades vizinhas.

Além da equipe da prefeitura, o governo do Estado enviou médicos especialistas para atender os ribeirinhos, como ginecologista/obstetra, pediatra, dermatologista, infectologista, geriatra e clínico geral. Houve, ainda, distribuição de medicamentos, atendimento do programa Bolsa Família, exame do PCCU, vacinação e palestra de caráter preventivo, entre outros.

Prefeito visita comunidade e destaca importância da iniciativa

O prefeito de Sena Madureira, Mano Rufino (PR), passou quatro dias no rio Iaco, ocasião em que acompanhou as ações do programa Saúde Itinerante e visitou diversas comunidades. Rufino embarcou, do porto da cidade, na quinta-feira (20) e retornou somente no domingo (23).

Em entrevista à imprensa, ele agradeceu a parceria mantida com o governo do Estado, enfatizando que quem ganha, com isso, é a comunidade, principalmente as famílias mais necessitadas.

“Estou muito feliz com o resultado obtido. A prefeitura fez todo o esforço para enviar a equipe ao rio Iaco e recebemos, agora, o aporte do governo do Estado, que teve a sensibilidade de enviar especialistas para atender os ribeirinhos. Constatamos a viva-voz a felicidade das pessoas em poder contar com todo esse aparato. Vamos continuar buscando as melhorias para nossa população”, comentou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

No rio Iaco, a equipe do programa Saúde Itinerante Municipal permanece atendendo. A ação será realizada até o dia 27 deste mês. "Já houve atendimento também na comunidade Cazumbá, rio Caeté. Iremos estender esse trabalho aos demais rios, estradas e ramais de nosso município, pois sabemos de sua importância", enfatizou o prefeito.

O prefeito Mano Rufino também esteve acompanhado dos secretários Dinho Nascimento (Saúde) e Jairo Cassiano (Obras).

"Somente através da união, é possível a garantia de uma ação como esta, garantindo mais cidadania para o homem do campo", ressaltou o secretário Jairo Cassiano.

"Trata-se de uma conquista para nossa população e esse apoio do governo do Estado tem sido fundamental. São diversos atendimentos, inclusive com a presença de especialistas, oportunizando aos moradores, de um modo geral, terem um momento diferenciado", lembrou o secretário Dinho Nascimento.

"Recebemos um atendimento digno e de qualidade", comenta morador

Morador há 29 anos na comunidade Recife, o senhor Antônio Barbosa agradeceu a presença do prefeito Mano Rufino e equipe no rio Iaco. Segundo ele, o atendimento itinerante é de grande valia, já que o deslocamento até a cidade se torna difícil, sobretudo, em razão das despesas.

"Poder receber o atendimento na porta de nossa casa é maravilhoso. Tivemos um atendimento digno e de qualidade, por isso, queremos agradecer a todos por esse empenho e olhar especial com a gente que mora no interior do município", mencionou.

Durante a noite, foi promovido um evento cultural que reuniu centenas de pessoas.

Torneio de futebol com 16 equipes

Além dos atendimentos na área da saúde, a Prefeitura de Sena, por intermédio da gerência de esportes, realizou um torneio de futebol de campo com a participação das equipes Canamari, Campo Osório, Time da Castanha, Recife Esporte Clube, Time do Barco, São Pedro, Amsterdam I e II, Boca do Ouro, Juventude, Esporte Recife, Estrela do Norte, Time do Binga, Bayer do Baturité, Silva Jardim e Real Madri.

O grande campeão foi o time Bayer do Baturité, que recebeu das mãos do prefeito Mano Rufino troféus, medalhas, uma bola e quantia de R\$ 200. O segundo colocado foi o time Boca do Ouro.

"A avaliação é bastante positiva. Graças a Deus, tudo transcorreu dentro do normal, sem nenhuma confusão, e isso é o mais importante. Como gestores públicos, só queremos é cada vez mais estarmos promovendo eventos dessa natureza para a população da zona rural", discorreu o professor Beto, gerente de esportes.

Foi entregue, na ocasião, para a comunidade Recife, um kit-esportivo contendo cinco bolas de futebol de campo, cinco bolas de voleibol e duas redes, sendo uma para futebol e a outra para



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

voleibol.

Também esteve presente na comunidade Recife o ex-prefeito Nílson Areal, que atualmente é coordenador regional do Saúde Itinerante estadual.

CONT.

Na referida comunidade, a Prefeitura de Sena Madureira construiu uma unidade de saúde em alvenaria, que deverá ser inaugurada brevemente.



Polícia apreende madeira ilegal após denúncias em Manacapuru, no AM

SÍTIO CLIP TV NEWS, 25.03.2014

Madeira apreendida será doada para auxiliar afetados pela cheia. Homem vai responder por crime ambiental, diz polícia.

Mais de oito metros cúbicos de madeira serrada sem o Documento de Origem Florestal (DOF) foram apreendidos no município de Manacapuru, a 68 km de Manaus, na noite desta segunda-feira (24). A ação, segundo informações do Batalhão Ambiental, ocorreu após denúncias anônimas.

Segundo o sargento Ivanir Máximo, um homem fazia o deslocamento da madeira de um barco no momento da apreensão. "Foi dada a voz de prisão assim que realizamos o flagrante. Ele não resistiu e irá responder por Crime Ambiental", contou.

Máximo informou que a madeira apreendida será doada para a Defesa Civil do Amazonas para trabalhos de auxílio a moradores ribeirinhos afetados pela cheia dos rios no Amazonas.

O suspeito foi levado ao 1º Distrito Integrado de Polícia (DIP) do município, onde assinou um Termo Circunstancial de Ocorrência (TCO). A Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema) investigará o caso.



Índios de Palmeirinha começam a trabalhar no frigorífico da Coasul

SÍTIO SUDOESTE ON LINE, 25.03.2014

O frigorífico da Coasul, em São João, foi inaugurado em 2009. Mas para atingir o número de 1.150 funcionários que hoje estão trabalhando no local, foi preciso mais de um ano entrevistando e contratando pessoas. Há pouco mais de um ano, para atender à demanda por serviços, a cooperativa abriu espaços também para integrantes da Reserva Indígena de Mangueirinha. De lá para cá, os índios não saíram mais da empresa. Segundo Amauri Ramos Antunes, gerente industrial do frigorífico, eles estão mostrando uma grande capacidade de crescimento dentro de seus setores. "Quando montamos o frigorífico, passamos em todos os municípios divulgando que havia vagas de emprego. Então conversamos com o cacique e ele indicou alguns índios para trabalhar conosco. Estamos muito satisfeitos, pois eles são bastante aplicados e faltam muito pouco no trabalho", comenta.

No total, são 20 índios que vêm todo dia de Mangueirinha para trabalhar. Mas desde o início de março, outros 14 índios, de Palmeirinha, em Chopinzinho começaram. "Antes a gente tinha somente índios da etnia kaygangue, de Mangueirinha. Agora temos também da etnia guarani, de Palmeirinha. E eles estão se dando muito bem", acrescenta Amauri.

Fonte: Jornal de Beltrão



Os índios Tupinambá e a cobertura enviesada
SÍTIO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 25.03.2014

Por Daniela Fernandes Alarcon e Patrícia Navarro de Almeida Couto

Em 26 de fevereiro último, o Jornal da Band veiculou uma reportagem denunciando a “fraude que criou uma tribo de falsos índios”, dando origem à Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia. Numerosos dados equivocados foram apresentados na matéria, que sustenta, por exemplo, que a Constituição Federal proíbe a “ampliação de áreas indígenas” – como se sabe, a lei maior determina o reconhecimento pelo Estado dos direitos territoriais indígenas. Nenhum índio foi ouvido pela reportagem; dos sete entrevistados, ao menos três são pretensos proprietários de áreas no interior da TI, o que não é informado aos espectadores. Chega-se a insinuar que um criminoso colombiano estaria “por trás” da mobilização indígena pela demarcação de seu território, em uma conspiração internacional para arrebatar terras a produtores rurais brasileiros.

A reportagem enviesada debruça-se sobre um contexto de intenso conflito territorial e de violência contra os Tupinambá. Em 28 de janeiro de 2014, agentes da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal instalaram uma base policial na aldeia Serra do Padeiro, no interior da TI. Com isso, tratavam de consolidar sua presença na área – onde atuavam desde agosto do ano anterior, por determinação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo –, dando início à ocupação militar permanente do território indígena. No mês seguinte, cerca de 500 soldados do Exército deslocaram-se à região, por ordem da presidenta Dilma Rousseff, para “garantir a lei e a ordem”, “pacificando” as relações entre indígenas e não-índios contrários à demarcação da TI. Os indígenas passaram a ser vigiados ostensivamente e tiveram lugar ações de reintegração de posse violentas.

Na tarde de 8 de novembro de 2013, três indígenas do povo Tupinambá foram assassinados em uma emboscada, no interior da TI. As vítimas – Aurino Santos Calazans (31 anos), Agenor Monteiro de Souza (30 anos) e Ademilson Vieira dos Santos (36) – foram atacadas a tiros e golpes de facão por quatro homens, que se aproximaram em duas motocicletas. A esposa de Aurino também estava no local, mas conseguiu escapar. Ela descreveu um ataque brutal. Um dos indígenas foi encontrado quase decepado, apresentando sinais de tortura (foi chicoteado) e muitos ferimentos provocados por facão.

Desde o início dos anos 2000, os Tupinambá vêm demandando do Estado brasileiro o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam e, por meio de ações conhecidas como “retomadas de terras”, vêm tratando de recuperar as áreas que lhes foram tomadas. A penetração massiva de não-indígenas no território Tupinambá teve início no final do século 19, quando a região tornou-se a principal fronteira agrícola do estado da Bahia, com o estabelecimento da cultura do cacau. Entre os anos de 1920 e 1940, esse processo se intensificou. Os indígenas que não migraram para as zonas urbanas mantiveram-se em

CONT.



pedaços de terra muito diminutos ou passaram a trabalhar em fazendas de cacau, em condições extremamente precárias, em alguns casos, inclusive como mão-de-obra escrava.

O processo de identificação da TI Tupinambá de Olivença – que se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, e onde vivem cerca de 4.700 indígenas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde para 2009 –, teve início em 2004, como resultado de prolongada pressão por parte dos indígenas. Cinco anos depois, a Fundação Nacional do Índio delimitou a TI em cerca de 47 mil hectares. Descumprindo os prazos estabelecidos pelo Decreto 1.775/96, o ministro da Justiça ainda não assinou a portaria declaratória da TI, para que o processo então se encaminhe para as etapas finais. Em razão da omissão governamental, o conflito se acirrou. Em 14 de agosto último, um veículo que transportava estudantes indígenas foi alvejado, em uma emboscada, deixando dois jovens feridos. Nas semanas subsequentes, veículos de órgãos públicos e casas de indígenas foram incendiadas, em protesto contra a demarcação.

Pouco mais de dois meses antes dos assassinatos dos três Tupinambá, referido acima, editorial do jornal A Região, de Itabuna, publicado em 31 de agosto, arremetia contra o reconhecimento dos direitos territoriais dos índios: demarcar a TI equivaleria a “entregar 30% do território de Ilhéus a malandros que nunca foram índios”. “Nem é preciso olhar muito para ver que a maioria dos que se dizem tupinambá não tem qualquer característica física de índio. O chefe do bando, por exemplo, Babau, está mais para vocalista do Olodum que para cacique indígena. Posso dizer que sou mais índio que ele.” Nessa passagem, o editorialista refere-se a Rosivaldo Ferreira da Silva (Babau), um dos caciques Tupinambá, e alude ao fenótipo de parte dessa população – decorrente de seu prolongado contato com a sociedade envolvente e dos muitos casamentos interétnicos ocorridos na região – para negar a identidade étnica dos Tupinambá.

Após descrever o que seria a dramática situação dos pretensos proprietários de terras da região – vítimas da “justiça caolha”, da “suspeita Funai” e do “governo esquerdóide Dilma” –, o autor conclui, com a mesma frase da manchete: “Só restam as armas”. Na mesma época, um outdoor instalado na região acusava os índios de “genocídio” e trazia a imagem de dois homens sem rosto apontando armas, acima dos dizeres: “Responda governador antes que seja tarde demais”. Como se verá, a criminalização dos Tupinambá pela imprensa deita raízes no passado – remontando a um episódio de resistência indígena ocorrido nas décadas de 1920 e 1930 – e, contemporaneamente, tem implicações diretas no processo de demarcação.

Flagelo perturbador da ordem pública

“Criminoso perigosíssimo e hediondo”, “facínora”, “repelente criminoso”, “o terror de Olivença”, “truculento cafuzo”, “bandido” e “bandoleiro”. Essas foram algumas das expressões utilizadas por João da Silva Campos, autor da Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus (escrita entre os anos de 1936 e 1937, e publicada em 1947), para se referir ao indígena Marcellino José Alves, principal personagem do que ficou conhecido como a “revolta do caboclo Marcellino”. Entre os últimos anos da década de 1920 e o final da década de 1930, com o intuito de barrar o avanço dos não-índios sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos Tupinambá, Marcellino organizou a resistência indígena e, em decorrência disso, foi perseguido e preso em diferentes ocasiões.

CONT.



Na época, teve lugar uma intensa campanha de criminalização contra os indígenas levantados, operada em grande parte pela imprensa regional. Em 1929, os jornais de Ilhéus começaram a noticiar, de forma sensacionalista e tendenciosa, supostos atos de vandalismo que estariam sendo praticados por Marcellino e seus companheiros. As denúncias eram unilateralmente apoiadas em relatos de fazendeiros, sustentando que os indígenas estariam percorrendo a região incendiando fazendas, destruindo plantações e disseminando o terror entre os pacatos moradores da área.

Ainda em 1929, foi noticiada a primeira prisão de Marcellino, acusado, entre outros crimes, de assassinato. A 5 de novembro, lia-se no Correio de Ilhéus: "Comunicam-nos de Olivença que acaba de ser preso pela polícia e paisanos o caboclo Marcellino pronunciado por crime de morte e que ali estava cometendo grandes depredações auxiliado por irmãos e outros caboclos. Este criminoso constituiu-se um permanente flagelo e perturbador da ordem pública. (...) É uma notícia que vai alegrar a todos que tinham conhecimento dos desatinos praticados pelo bandido (...)" (português atualizado).

Frequentemente, Marcellino era comparado ao célebre bandido social Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que "aterrorizava" os sertões nordestinos. Tornou-se, também ele, um famigerado, realizador de inigualáveis "faanhas criminosas", como se lê no Diário da Tarde, também de Ilhéus, na edição de 10 de junho de 1936. Na mesma matéria, Marcellino é referido como o "homem que se fez bugre", construção discursiva que busca enquadrá-lo em um "estágio evolutivo" atrasado. "Bugre", neste caso, figura como termo análogo a expressões como "índio selvagem" ou "gentio bravo", frequentemente mencionadas em documentos do século XIX para designar a "praga" que infestava as matas do sul da Bahia: as "hordas indígenas" que, resistindo a ingressar no "grêmio da civilização", impunham óbices ao "desenvolvimento" da região.

Nesse quadro, eram constantes os alarmes falsos alardeando a captura e a morte de Marcellino. Os boatos fervilhavam, alimentados pela pródiga cobertura jornalística, que, de tempos em tempos, anunciava eminentes "invasões" de Marcellino e seu "bando" à vila de Olivença. Em 16 de janeiro de 1936, o Diário da Tarde referiu-se a um desses boatos, endossando-o: "Circulou ontem na cidade, quando se realizava o pleito municipal, uma notícia alarmante. O caboclo Marcellino, o já bastante famoso 'homem que se fez bugre', aproveitando o fato de estar Olivença desguarnecida, com a vinda para o Pontal [de Ilhéus] de muitos cidadãos eleitores, ameaçava assaltar aquela localidade".

O indígena era associado agora não apenas a Lampião, mas também ao líder comunista Luís Carlos Prestes, no contexto da repressão à "ameaça vermelha". Em 1937, Marcellino e ao menos mais três indígenas, ao lado de alguns não-índios, foram indiciados como comunistas. Enviado ao Rio de Janeiro, foi condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas libertado ainda no mesmo ano, por não ter culpa formalizada. Sabe-se que então retornou a Ilhéus e que uma autoridade policial local aconselhou-o a não permanecer na região, argumentando que sua vida corria perigo. É então que os arquivos silenciam sobre seu paradeiro.

Caboclos fantasiados de índios

CONT.



Uma análise da cobertura midiática da disputa contemporânea em torno do território Tupinambá indica que a ampla maioria das peças jornalísticas alinha-se com a perspectiva de sujeitos e grupos contrários à demarcação, reverberando seus discursos. Nesse contexto, a produção jornalística vem sendo acionada inclusive por juízes, em suas decisões, para “comprovar” práticas delituosas atribuídas aos índios. Ao conceder liminar de interdito proibitório a um fazendeiro em face dos Tupinambá, em 2006, uma juíza federal em Ilhéus justificava que as “ameaças” de que eram acusados os indígenas constituíam “fato notório, conforme amplamente divulgado recentemente na imprensa escrita, falada e televisionada”.

Jornais como Agora e A Região, de Itabuna, trazem reportagens claramente editorializadas – não é difícil encontrar em seus textos afirmações preconceituosas em relação aos indígenas e se notam, também, procedimentos como a veiculação de informações não checadas. Em 27 de fevereiro de 2010, A Região falava em “bandidos que se dizem índios” e “caboclos fantasiados de índios”. Já em 11 de março, quando o cacique Babau foi ilegalmente preso, o jornal comemorou: “Foi de alívio o clima no sul da Bahia, ao receber a notícia de que o suposto cacique Babau (...) foi preso (...). Ele estava sendo caçado desde agosto do ano passado”.

Emissoras de rádio têm sido ainda mais virulentas. Rivamar Mesquita, apresentador do programa Novo Amanhecer, da Rádio Jornal, de Itabuna, sugeriu a realização de emboscadas contra os índios, conforme se lê em documento da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia datado de 2010. Notícias atacando os indígenas são constantemente veiculadas também pela rádio Sideral, de Buerarema – cujo diretor, Carlos Freitas, tomou posse em 19 de dezembro último como um dos diretores da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias. No site da emissora, notas aludem aos “supostos índios” e às “barbaridades” que teriam sido por eles cometidas.

No que diz respeito à imprensa de circulação nacional, duas reportagens tornaram-se notórias, pela profusão de erros factuais e afirmações preconceituosas: “O Lâmpião tupinambá”, publicada pela revista Época em 2009, e “A farra da antropologia oportunista”, publicada pela revista Veja em 2010. Na última, os índios da Serra do Padeiro são referidos como “neotupinambás” e como “os novos canibais”. Em 17 de julho de 2010, o ex-diretor de redação da Época, Paulo Moreira Leite, publicou no portal da revista na internet uma inventiva nota afirmando que estava em elaboração, pela Funai, um decreto anulando a demarcação da TI, após o órgão haver constatado “que os estudos antropológicos que identificam as terras como sendo dos tupinambás eram grosseiramente falsificados”. O texto dizia ainda que o cacique Babau estava prestes a perder “sua carteira de identidade indígena”. Como se sabe, nada disso ocorreu – e, se houvesse ocorrido, tratar-se-ia de violações grosseiras ao ordenamento jurídico brasileiro.

Demarcação traumática

Para indicar alguns mecanismos manipulatórios adotados pela imprensa, interessa analisar a produção de um jornal de circulação estadual, A Tarde, de Salvador, no qual o engajamento com os setores contrários à demarcação é menos caricato, mas, ainda assim, evidente. Os textos caracterizam os índios de maneira preconceituosa – por exemplo, ao falar em “mestiços que se intitulam índios tupinambás” (26 de março de 2010). Fazendo as vezes de juiz,

CONT.



apresentam os indígenas como culpados de crimes ainda não julgados. Também veiculam as versões de fontes envolvidas no conflito como se fossem os fatos.

Em um exemplo claro de seu engajamento na disputa, em 14 de junho de 2009, A Tarde publicou reportagem em destaque (texto de página inteira, em um domingo) sobre a demarcação da TI Kiriri, no nordeste da Bahia. Tratava-se de uma matéria “fria” – para usar o jargão jornalístico, sem “gancho” a lhe atribuir atualidade e justificar sua publicação –, que cumpria um papel claro: indicar o caso Kiriri como um exemplo a ser evitado no sul da Bahia. Intitulada “Demarcação traumática”, a matéria trazia os seguintes dizeres, em destaque: “Caso de Banzaê expõe os riscos que rondam os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no sul”.

“Ataque de índios deixa 4 feridos e 3 desaparecidos”, lê-se em manchete de A Tarde de 26 de fevereiro de 2010, em referência ao conflito ocorrido na fazenda Serra das Palmeiras nos dias 23 e 24 do mesmo mês, quando agentes da Polícia Federal e fazendeiros tentaram retirar à força os indígenas que estavam na área, que fora por eles retomada no dia 19. Como se vê, em lugar de atribuir as informações a fontes, o jornal afirma categoricamente. Já no corpo do texto, descobrimos que a informação baseia-se em relato de testemunha não identificada, que fala ainda em dois mortos. Apenas no último parágrafo o leitor é informado, a partir de declaração do delegado da Polícia Civil de Buerarema, sobre o fato de não terem sido registradas na polícia denúncias de morte ou desaparecimento. Além disso, a expressão “ataque de índios” é eficaz quando se trata de evocar construções históricas em torno da índole “selvagem” que, segundo certo pensamento, seria inerente aos indígenas.

Em reportagem de 27 de fevereiro, o jornal recua – mas não retifica o que escrevera na véspera – e fala em “pelo menos um desaparecido”. O “terror” vivido na mão dos índios ganha em densidade dramática: “Foi um massacre, uma carnificina. Fomos cercados pelos índios sem chance de defesa, estávamos despreparados. Nunca vi nada igual”, diz “um dos baleados”, que, conforme apurou o jornal junto a sua esposa, “teria sido atingido pelos disparos quando tentava dizer aos índios que se rendia” e sobreviveu “por milagre”. Ainda segundo a mulher, “mesmo à noite, o céu ficou claro com tantos tiros”. E o pior ainda estaria por vir, já que, segundo a reportagem, os índios ameaçavam “invadir” o centro de Buerarema – “ainda hoje”. Impossível não ouvir ecos, nesse episódio, do “medo” que tomou conta de Olivença em janeiro de 1936, quando correu o boato de que Marcellino “invadiria” a vila para expulsar os não-índios. Nos dois casos, os boatos foram suficientes para mobilizar as forças policiais.

Ao assumir como verdadeiras as declarações concedidas por fontes envolvidas no conflito, o jornal exime-se de apurar, a ponto de veicular informações jurídicas equivocadas, que poderiam ser facilmente verificadas. Em reportagem de 2 de março de 2010, noticiando a permanência dos índios na Serra das Palmeiras, A Tarde conversa com um fazendeiro e informa que o fazendeiro “mostrou o interdito proibitório, documento que proíbe a demarcação da terra”. Como se sabe, “proibir demarcações” não está no escopo deste instrumento jurídico, já que o Estatuto do Índio (Lei nº6.001/73) veda a utilização de interditos possessórios contra a demarcação de Terras Indígenas.

Oferecendo uma cobertura parcializada e discriminatória, os veículos de comunicação hegemônicos vêm contribuindo para a cristalização dos estereótipos sobre os povos indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

no senso comum. Como se viu, têm se esforçado para definir a disputa fundiária em favor dos setores contrários à demarcação da TI Tupinambá de Olivença, perpetuando, assim, as violações historicamente cometidas contra o povo Tupinambá.

Daniela Fernandes Alarcon é jornalista (USP), mestre em Ciências Sociais (UnB) e pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (Laepi/UnB), desenvolveu pesquisa de mestrado acerca das retomadas de terras entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, disponível aqui. Patrícia Navarro de Almeida Couto é mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (UFBA), pesquisadora associada ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) e professora no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (UEFS). Em sua pesquisa de mestrado (disponível aqui), investigou identidade e religiosidade dos Tupinambá da Serra do Padeiro



Kaingangs e Guaranis trabalham juntos em frigorífico no Paraná

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.03.2014

O frigorífico da Cooperativa Agropecuária Sudoeste (Coasul), em Francisco Beltrão, no Paraná, foi inaugurado em 2009, mas para atingir o número de 1.150 funcionários que trabalham hoje na planta, foi preciso abrir espaço para indígenas kaingang da Reserva Indígena de Mangueirinha. De lá para cá, os índios são parte fundamental da mão de obra na empresa.

Segundo Amauri Ramos Antunes, gerente industrial do frigorífico, os índios estão mostrando uma grande capacidade de crescimento dentro de seus setores. "Quando montamos o frigorífico, passamos em todos os municípios divulgando que havia vagas de emprego. Então conversamos com o cacique e ele indicou alguns índios para trabalhar conosco. Estamos muito satisfeitos, pois eles são bastante aplicados e faltam muito pouco no trabalho", comenta.

No total, são 20 índios que vêm todo dia de Mangueirinha para trabalhar. Mas desde o início de março, outros 14 índios, de Palmeirinha, em Chopinzinho se juntaram ao grupo. "Antes a gente tinha somente índios da etnia kayngangue, de Mangueirinha. Agora temos também índios guarani, de Palmeirinha. E eles estão se dando muito bem", acrescenta Amauri.

Para manter a regularidade no trabalho, a Coasul oferece bonificação de R\$ 50,00 para os índios que não faltarem no mês, além de um prêmio de assiduidade. "Com esse sistema, estamos tendo bons resultados. Chegamos até a colocar um índio como líder de uma linha manual, porque vimos que ele tinha muito interesse em crescer na empresa", afirma Amauri.

O índio Márcio Alves, que vem de Palmeirinha todos os dias, diz que trocou a Frango Seva, de Pato Branco, pela Coasul, por causa dos horários dos turnos. "A distância para nós é a mesma. O que muda é que aqui eu posso trabalhar durante o dia, aí sobra a noite para descansar. Foi por isso que resolvi mudar. Estou gostando muito de trabalhar na Coasul", avalia.

Até o final do ano, o frigorífico da Coasul deve aumentar a sua capacidade de produção de 130 mil para 170 mil aves por dia. A cooperativa deve contratar mais 350 funcionários.

Para quem não sabe, Kaingang e Guaranis são inimigos históricos e, como diria o saudoso Orlando Villas-Boas, "figadais".



Perfil - Conheça Rosivaldo Ferreira da Silva, o futuro rei de Babaulândia

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 25.03.2014

Bisneto de Francisco Ferreira da Silva, o Vói Nô, neto de João Ferreira da Silva e filho de Lino Ferreira da Silva, todos agricultores afrodescendentes, Rosivaldo Ferreira da Silva é índio. A história de Rosivaldo é a história de como o movimento indigenista e a Funai reinventaram uma etnia indigenóide arremedando um grupo indígena há muito desaparecido e iniciaram um processo de demarcação que pode expulsar milhares de pequenos agricultores de suas terras. Uma história marcada por mentiras, violência e morte que será contada agora pelo #Qi. Conheça Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau, futuro rei de Babaulândia.

Nascido na região conhecida como Serra do Padeiro entre os municípios de Buerarema e Una, no sul da Bahia, Rosivaldo é filho de Lino Ferreira da Silva, um pequeno agricultor produtor de banana, mandioca e farinha, cliente do programa do governo para incentivo da agricultura familiar, o Pronaf. Ainda filho de agricultores, Rosivaldo cursou o ensino primário na escola rural Joana Correia, no povoado de José Soares, e o secundário na Escola Estadual Enedina Oliva, ambos na zona rural de Buerarema. Em seguida, Rosivaldo se mudou para Porto Seguro onde trabalhou como garçom.

Em janeiro de 2000, Maria Valdelice de Jesus, que se identificava como Cacique Jamapoty Tupinambá, organizou a participação de um grupo de pessoas em um seminário que ocorreu em Porto Seguro em abril de 2000 como parte das comemorações dos 500 do descobrimento. Nesse seminário reuniram-se várias etnias indígenas de todo o Brasil.

Este evento teve um papel importante na mobilização dos futuros "índios Tupinambá". De acordo com um relatório ao qual a equipe do Questão Indígena teve acesso, foi nesse período em Porto Seguro que Rosivaldo teve os "primeiros ensinamentos dos hábitos e costumes indígenas".

Rosivaldo retorna a Buerarema e convence seus familiares, alguns vizinhos e alguns pequenos agricultores de seu círculo de amigos mais próximo a se autodenominarem índios. Rosivaldo criou assim seu primeiro grupo de "indígenas" tendo como "cacique" o pequeno agricultor Jair de Bida. O grupo formalizou uma associação com o objetivo de acessar recursos federais. A primeira ação violenta do grupo foi a invasão da propriedade rural do agricultor Raimundo Correa.

Em busca de uma identidade para seu grupo indigenóide, Rosivaldo tentou se autodenominar Pataxó-hã-hã-hãe. Entretanto, os índios Pataxó-hã-hã-hãe da região de Pau Brasil negaram a Rosivaldo o ingresso de seu grupo naquela etnia. Rosivaldo apelou então a Maria Valdelice de Jesus, que se identificava como Cacique Jamapoty Tupinambá e reivindicava terras na região litorânea de Ilheus. Assim como Valdelice, Babau passou a se autodenominar Babau Tupinambá.

CONT.



Rosivaldo, agora Cacique Babau, retornou para a zona rural de Buerarama e passou a invadir propriedades na região como forma de forçar o Governo a iniciar o processo de demarcação. A atuação de Babau como índio Tupinambá na Serra do Padeiro, há mais de 30 km do litoral onde já atuava a Cacique Valdelice ampliava a área reivindicada pelo movimento indigenóide. Alguns dos índios do grupo de Babau passaram também a receber recursos federais do Ministério da Saúde através do Programa de Saúde das Famílias Indígenas (PSFI), administrado pelas prefeituras de Una e Buerarema.

Em 2005, Babau foge de Buerarema devido à reação dos produtores rurais ao seu bando indigenóide. Em 2006 um grupo ligado a Babau invadiu e depredou a sede da prefeitura de Una por desavenças na administração dos recursos do Ministério da Saúde, mas a invasão forçou a Funai a criar o Grupo de Trabalho para demarcação da chama Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Babau retorna a Buerarema em 2007 e tenta assumir novamente o controle dos recursos do PSFI. Invade e depreda o prédio da prefeitura liderando um grupo com cerca de 70 pessoas. Na ocasião, o bando quase foi linchado pela população indignada com a depredação promovida por eles no prédio que abriga a prefeitura e as secretarias municipais. Essa ação gerou um mandado de prisão contra ele emitido pela Polícia Federal.

Os primeiros estudos feitos por antropólogos a pedido da Funai para delimitação da área indígena mostraram claramente a farsa. O relatório preliminar afirmava que a dificuldade maior "era o fato de afirmarem ser eles Tupinambá", uma etnia há muito desaparecida. Além disso a própria Vila de Olivença, que o movimento indigenóide afirma ser a origem da comunidade, era "comprovadamente a sede da antiga aldeia tupi". O relatório conclui que não ser possível "reunir dados suficientes para afirmar se uma possível demanda neste sentido estaria contemplada nos termos da legislação pertinente".

Não satisfeito com esse primeiro relatório, o Ministério Público Federal moveu, em dezembro de 2007, uma ação civil pública com pedido de liminar contra a União e a FUNAI requerendo que a Justiça Federal estabelecesse um prazo limite de um ano para conclusão do processo administrativo de demarcação.

Em 2008, uma operação da Polícia Federal, organizada para o cumprimento de ações judiciais de reintegração de posse de propriedades invadidas pelo bando de Babau, resultou em confronto direto entre os índios e a PF, com um saldo de 22 feridos, 14 índios e oito policiais. Um irmão de babau é preso por porte ilegal de arma de fogo. Rosivaldo foge, mas é preso meses depois em Ilhéus. Foi a primeira prisão de Babau. Veja neste documentário no minuto 14:27 como o Cacique Babau descreve o confronto:

Em 2009, a Funai aprova e entrega para homologação do Ministro da Justiça o relatório final da demarcação da Terra Indígena apesar das constatações do laudo preliminar. O novo laudo resulta na demarcação de uma área com 47 mil hectares que vai de Ilhéus, no litoral onde vive Valdelice, à Serra do Padeiro, no interior onde vive Rosivaldo. A área incluiu quatro assentamentos da Reforma Agrária.

CONT.



A apresentação do estudo foi o estopim de dois movimentos de sentido contrário. De um lado os pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e munícipes de Ilheus, Una e Buerarema começaram uma mobilização contra a demarcação. Mas de outro lado, os indigenóides organizaram milícias, começaram a invadir propriedades e expulsar seus donos. A milícia invadiu propriedades como o Sítio São Marcos, de 48 hectares, cujo proprietário era José Ferreira, e a Fazenda Bela Vista, de 61 hectares, de Jorge Ribeiro, conhecido como Dr. Carrilho.

Mais de cem propriedades foram invadidas. Em uma dessas ações, o trabalhador rural Adailton do Carmo levou um tiro pelas costas de um miliciano indigenóide e ficou paraplégico. Vários outros foram espancados e tiveram que sair de suas casas, algumas das quais foram queimadas pelos índios.

Surgiram denúncias de que algumas das pessoas que se diziam índios estariam recuando, sob alegação de que foram iludidas por caciques com ofertas de facilidades. Uma matéria produzida pela TV Band denuncia o esquema de aliciamento de pessoas comuns pelo movimento indigenóide (veja aqui). Ocorreram várias revoltas populares nos municípios envolvidos. Rodovias foram fechadas e carros da Funai foram depredados.

Em 2010, Babau foi preso novamente pela Polícia Federal sob acusação de invasão de propriedade, vandalismo, incêndio, tentativa de homicídio, resistência a prisão entre outras. Foi solto logo em seguida por solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia.

Babau passou então a treinar outras pessoas para serem caciques de sua tribo de indigenóides. Um desses neófitos era um assentado da reforma agrária por nome Cleildo. A família de Cleildo fora assentada pelo Incra em 1997 no Assentamento Ipiranga junto com outras 44 famílias de agricultores familiares ligados ao Movimento dos Sem Terra. Depois dos ensinamentos de Babau, Cleildo virou Cacique Cleildo Tupinambá e convenceu outras 9 famílias a se dizerem índios com a promessa de que o lote de 20 hectares oferecido pelo Incra poderia ser ampliado depois que toda a área de 47 mil hectares fosse demarcada.

Mas Cleildo enfrentou a oposição de Juraci José dos Santos Santana, o líder do assentamento. Juraci se recusou a entrar no esquema, passou a denunciar a fraude de Babau e Cleildo e começou a receber ameaças de morte. O líder do assentamento participou de várias reuniões em Brasília. Esteve com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o Vice-Presidente da República, Michel Temer. Em todas, denunciou as fraudes e relatou as ameaças que vinha sofrendo.

No último dia 10 de fevereiro, Juraci foi assassinado com um tiro de escopeta dentro da casa onde morava no assentamento Ipiranga na frente da esposa e da filha menor de idade. Os assassinos atiraram em Juraci e antes que ele morresse deceparam suas duas orelhas. O agricultor aparece nesse documentário fazendo denúncias contra a ação da milícia tupinambarana, no sul da Bahia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

O assassinato de Juraci foi o estopim de mais uma revolta popular contra a demarcação da Terra Indígena. Mais de 10 mil pessoas participaram do cortejo fúnebre. Rodovias foram fechadas e a população entrou em confronto com a tropa de choque da polícia militar da Bahia. O Governador Jaques Wagner, do PT, reconheceu a perda do controle sobre a segurança pública e requisitou tropas federais. O Governo enviou o Exército e homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança. As tropas chegaram a entrar em confronto com a milícia indigenóide trocando tiros durante o cumprimento de uma ordem judicial (Veja aqui).

Em função dos confrontos com a polícia, do assassinato do agricultor, da revolta popular e das evidências de fraude na demarcação, o Ministro da Justiça devolveu o laudo à Funai para que ele fosse refeito. Em outro front, temendo o acirramento dos conflitos, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, mandou suspender todas as liminares de reintegração de posse. Indiretamente, a decisão de Barbosa autorizou a milícia tupinambarana a permanecer das propriedades invadidas. Uma dessas propriedades é a antiga Fazenda da Unacau, no município de Una, invadida pelo próprio Cacique Babau e onde ele vive hoje.

Ontem, Babau divulgou uma carta na qual informa seu paradeiro e desafia a polícia federal. Na carta, o cacicóide acusa ainda o Deputado Federal Geral Simões de mandar matá-lo.

O laudo de demarcação da suposta Terra Indígena Tupinambá de Olivença está sendo analisado novamente pela Funai. Babau continua foragido.



Palmas reforça candidatura a sede dos Jogos Mundiais Indígenas a Ministério

SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 25.03.2014

Nesta segunda, o prefeito Carlos Amastha e o presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (Fundesportes) receberam representantes do Ministério do Esporte, Andrea Nascimento e Maristela...

Com previsão de realização em junho de 2015, a I Edição dos Jogos Mundiais Indígenas pode acontecer em Palmas. Nesta segunda, o prefeito Carlos Amastha e o presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer (Fundesportes) receberam representantes do Ministério do Esporte, Andrea Nascimento e Maristela Valadares, e do Comitê Intertribal, Carlos Terena.

Pela manhã, o prefeito Amastha ofereceu um café da manhã aos visitantes na sede do AMA. Entre os convidados estavam gestores municipais, e representantes do Governo do Estado, Universidade Federal do Tocantins e atletas indígenas. Na ocasião, o prefeito destacou o empenho do paço municipal em colaborar na realização dos jogos.

"Além de termos uma maravilhosa localização, mobilidade, o nosso lago, temos uma coisa muito importante, que é a vontade de fazer. Para isso, contem conosco", reforçou.

Diretora do Ministério do Esportes, Andrea Ewerton fez uma apresentação detalhando a programação dos Jogos e explicando as obrigações da cidade sede, e em seguida, entregou o modelo do projeto e a lista de exigências ao prefeito.

"A cidade é muito bonita, e nós vimos muito boa vontade por parte do poder público municipal em realizar. É importante que eles tenham estado em Cuiabá no ano passado (na edição dos Jogos Nacionais) demonstrando o interesse. Isso nos deixa muito felizes. Vamos aguardar", pontuou.

Após o café da manhã, a comitiva visitou a Escola de Tempo Integral Pe. Josimo, o Centro de Convenções, o Parque Cesamar, o Espaço Cultural, a praia da Graciosa e das Arnos, além do braço do Ribeirão Taquaruçu, onde está prevista a instalação da Raia Olímpica de Canoagem. O prefeito Carlos Amastha falou sobre as obras de reforma que estão sendo realizadas nos diversos pontos da cidade.

Para o presidente da Fundesportes, Ten. Cleyton Alen, Palmas tem grandes chances de conseguir sediar o evento.

"Nossa cidade tem vários pontos positivos, e nós deixamos bem claro o nosso interesse em sediar os Jogos. Estive em Cuiabá nos Jogos Nacionais ano passado e vi tudo bem de perto. Vamos fazer um projeto viável e colocar Palmas na reta do esporte Mundial através dos Jogos Indígenas", destacou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Após a visita, a prefeitura de Palmas tem até o dia 7 de abril para enviar o projeto ao Ministério do Esporte. A capital tocantinense concorre com Belém e Marabá, ambas no Pará. O resultado deve ser divulgado em 19 de abril e o lançamento oficial dos jogos deve acontecer em agosto deste ano.



Última semana para inscrição em Curso sobre Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 25.03.2014

As inscrições para o Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo acontecem até o dia 31/03/2014, de acordo com o edital ([clique aqui](#)).

A ação de promover formações em PNGATI é de fundamental importância para uma melhor compreensão dos objetivos, diretrizes, eixos, instrumentos e implementação da PNGATI.

De acordo com o edital, os órgãos públicos, as associações e comunidades indígenas indicarão os seus participantes, e estes devem se comprometer a implementar o que for aprendido no curso na promoção de ações de gestão ambiental e territorial, bem como multiplicar o conhecimento por meio da formação de uma rede para potencializar trocas e iniciativas.

O Curso Básico de Formação em PNGATI do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo totalizará 200 horas-aula a serem ministradas em cinco módulos presenciais itinerantes de 40 horas-aula cada, ao longo de 12 meses.

No total serão 44 vagas, sendo 15 para gestores públicos distribuídos entre ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros órgãos com atuação regional, e 29 vagas distribuídas entre a APOINME e as áreas de referência do Projeto GATI.

O curso é fruto de uma parceria entre a Funai por meio da CCGAM (Coordenação Geral de Gestão Ambiental), Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena – PNUD/Funai), APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e da Coordenação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado de Pernambuco.

A formatação do curso foi feita durante a “Oficina Regional Inaugural do Curso Básico de Formação”, realizada em dezembro de 2013, em Olinda/PE, onde se definiram os critérios de participação, conteúdos dos módulos, datas e locais de realização.



Guaíra – Indígena menor de idade é estuprada durante dois dias

SÍTIO PORTAL GUAÍRA, 25.03.2014

Segundo informações do CT (Conselho Tutelar) de Guaíra , uma índia menor de idade foi violentada na própria aldeia por 3 (três) índios.

O Abuso aconteceu na última semana durante dois dias.

A Garota foi levada pelo conselho Tutelar até Toledo para fazer exames.

A Delegada de Guaíra, Dra. Tany Razera, pediu a prisão preventiva dos 3 acusados.

A menor também foi agredida pelas esposas dos três acusados e teve o cabelo cortado com um facão.

A menina se encontra na aldeia e está sob a guarda do cacique.



Aldeia ganha colégio e reforça cultura de etnias indígenas

SÍTIO FRIZZ, 25.03.2014

Além de ser um centro educacional, Colégio Estadual Cacique Kofej também ajuda na preservação da cultura indígena e une as etnias Caingangue, Guarani e Xetá

O novo prédio do Colégio Estadual Cacique Kofej, construído pelo Governo do Estado em São Jerônimo da Serra, além de ser um centro educacional, também ajuda na preservação da cultura indígena e une as etnias Caingangue, Guarani e Xetá num só espaço de convivência.

“Nosso projeto é para que todas essas comunidades tenham, além da educação básica, a educação para jovens e adultos, e cursos para a comunidade”, afirmou o vice-governador e secretário estadual da Educação, Flávio Arns.

Desde 2011, o Governo do Paraná já concluiu e entregou 11 escolas novas para as comunidades indígenas do estado. Com isso, o Paraná tem 36 escolas indígenas espalhadas em 26 municípios. Outras duas escolas estão sendo construídas em Inácio Martins, na região Centro-Sul, e na Ilha da Cotinga, no Litoral. A construção das 13 escolas soma um investimento de R\$ 19 milhões.

SÃO JERÔNIMO DA SERRA - Localizada na própria aldeia, o Colégio Estadual Cacique Kofej já existe há anos, mas funcionava em um prédio antigo e desconfortável, que já tinha alguns problemas de estrutura e era pequeno para os 341 alunos matriculados.

No ano passado, o governo construiu um prédio novo, com novas salas, biblioteca, cozinha, área coberta e pátio, para que possam ser realizadas as Mostras Pedagógicas e Culturais, evento que acontece há 4 anos e tem importante função de unir as etnias e integrar os índios com a população da região.

“A escola é o coração da aldeia. Além de deixarmos as portas abertas para cursos e palestras, também recebemos as lideranças, os caciques, os pais de alunos e a comunidade quando temos as mostras”, conta a professora de matemática Alline Gonçalves Proença Gomes, que há dois anos se tornou diretora do colégio.

Além do prédio, o colégio recebeu novo mobiliário escolar com carteiras e cadeiras para os alunos. “Também pudemos comprar cortinas para as salas de aula, quadros novos, data show, jogos pedagógicos e até uma máquina de cortar grama”, comemora a diretora Alline.

O vice-cacique caingangue Ademir da Silva Fidencio conta que com uma estrutura maior a aldeia tem possibilidade de educar todos os jovens e adultos, não precisando mandar seus integrantes para outros colégios. “Agora temos a capacidade de agregar mais alunos que estudavam fora da aldeia e eles têm o privilégio de ter um ensino de qualidade aqui dentro da comunidade”, afirmou.

CONT.



Para o vice-cacique guarani José Moraes, a escola nova trouxe mais conforto para os alunos e por isto toda a comunidade ajuda a mantê-la. "Nós temos a melhor escola do município, com um espaço amplo para a educação, por isso todos cuidam dela com muito carinho", afirmou.

A professora Lucianilda Maria Rodrigues, que foi criada numa aldeia vizinha e agora ministra aulas de alfabetização para os alunos mais novos, conta que o novo colégio refletiu na melhoria da educação. "O antigo prédio era quente e não tínhamos áreas cobertas e com sombra. Além disso, quando chovia, tínhamos problemas com goteiras", disse. "Agora temos ventilador, quadros novos uma cozinha maior, isto é, muito mais conforto, o que ajuda na hora de educar".

CULTURA – Além das mostras anuais, que ajudam na valorização e reconhecimento da cultura indígena com artesanato, comidas típicas e danças e cantos folclóricos, os alunos também têm aulas de Guarani, ministradas por professores da própria comunidade, como é o caso do aluno e professor Marcelo Uchavera Vargas.

Marcelo, que cursa no período da noite o 3º ano do ensino médio, passa o dia ensinando a linguagem Guarani para as crianças nas salas de aula. "Morei em várias aldeias e adquiri conhecimentos que me fizeram dar valor para a cultura indígena, por isso resolvi passar o conhecimento para as crianças da escola", conta.

"A cultura depende de nós jovens para ser resgatada. Valorizamos o conhecimento dos mais velhos e passamos para as crianças", completou.

MERENDA – Uma das partes mais bem cuidadas do colégio é a nova cozinha e o refeitório. Na antiga sede, a merenda era servida no pátio e os alunos não tinham área coberta para se alimentar. "A estrutura para a alimentação melhorou muito. Temos novos equipamentos, como geladeira, fogão e forno. A cozinha agora é planejada e temos mesas para a refeição", conta a diretora Alline.

Com os estímulos aos produtores na agricultura familiar, que já atendem boa parte das escolas em todo estado, há diversificação de produtos para uma alimentação balanceada.

O Paraná irá investir, só no primeiro semestre deste ano, R\$ 17 milhões na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, que serão repassados a entidades que atendam pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, como é o caso da aldeia.

"Servimos três refeições por dia, e graças aos programas do governo do Estado, em conjunto com a agricultura familiar, temos frutas e verduras todos os dias para melhorar a qualidade da alimentação", completou Alline.



Escola cristã abre novos horizontes para crianças indígenas na Colômbia

SÍTIO LAGOINHA.COM, 25.03.2014

Dentro das comunidades indígenas, o cristianismo é, normalmente, desprezado e rejeitado. Seitas religiosas fazem questão de expressar sua oposição ao cristianismo através do uso de fios amarrados aos pulsos, simbolizando sua devoção às divindades tribais

bandeira-da-colombiaEscolas indígenas exigem que os alunos se envolvam em bruxaria e outras formas de feitiçaria como parte de seu currículo. Os alunos cristãos são ridicularizados por seus pares bem como por seus professores, e muitos pais cristãos decidem retirar seus filhos das escolas tradicionais porque o ensino vai de encontro aos princípios bíblicos. Mas, normalmente, isso deixa as crianças sem nenhuma outra opção de educação.

Em um pequeno vilarejo, ao norte da Colômbia, um cristão indígena chamado Felipe Caicedo* reconheceu a necessidade dos cristãos locais e buscou estabelecer uma escola cristã para as crianças indígenas. Alcançar essa meta teve seus desafios. Ele enfrentou muita oposição das autoridades indígenas e teve acesso negado ao prédio escolar. Além disso, não pôde empregar professores porque o Estado se recusou a pagar seus salários.

A despeito dessas dificuldades, os esforços de Felipe foram bem-sucedidos. Através do apoio financeiro da Portas Abertas, ele conseguiu obter materiais e recursos para construir a escola. O Senhor também proveu uma equipe de obreiros cristãos para cuidar dos estudantes e administrar a escola.

A esperança de Felipe é que a escola se torne autossuficiente em breve. Ele recrutou vários pais de alunos para iniciar um projeto agrícola voltado para a produção de café orgânico. Eles planejam vender sua primeira colheita em fevereiro de 2015. O dinheiro ganho irá pagar os salários de dois novos professores. Até que eles possam sustentar o projeto através de seus próprios meios, a Portas Abertas continuará a apoiar Felipe e a escola, provendo fundo para o salário dos professores, suprimentos escolares e manutenção do projeto agrícola.

Em parceria com uma igreja de Bogotá e outra agência missionária, a Portas Abertas também ajudou a patrocinar uma semana da "brigada de saúde" na escola, provendo atendimento médico aos cristãos da comunidade, impedidos de receberem serviços hospitalares porque se recusam a permitir que se façam rituais de feitiçaria sobre suas doenças.

Já faz dois anos desde que a escola foi fundada. Atualmente, há 42 alunos matriculados, com idades entre 4 e 14 anos. Os alunos são gratos por poderem frequentar uma escola onde o amor de Deus é visto claramente através de seus professores. Seus pais também são gratos porque seus filhos estão recebendo educação, são ensinados sobre Deus e têm sua fé em Jesus fortalecida.

*Nome alterado para a segurança do cristão.



Marinha propõe novo acordo para quilombolas na Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2014

Agência Estado

Salvador – Após mais uma série de tensões entre integrantes da Marinha e moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos, na região metropolitana de Salvador, que resultaram na prisão de dois líderes da comunidade e na destruição da casa de um familiar de outra liderança, em janeiro, o governo federal apresentou, oficialmente, uma nova proposta de acordo para tentar por fim à disputa fundiária entre as partes.

Marinha e quilombolas disputam uma área de 301 hectares, nas proximidades da Baía de Aratu, desde a década de 1950. Desde 2009 a questão está na Justiça. Hoje, a área faz parte do Complexo Naval de Aratu, o segundo maior do País – atrás apenas do existente no Rio de Janeiro – e, para estudiosos, o estrategicamente mais importante do território nacional.

A nova proposta do governo federal prevê a concessão de 86 hectares da área em disputa aos quilombolas – cerca de três vezes mais que a proposta anterior, apresentada em outubro, que previa a concessão de 28,5 hectares – e a construção de um acesso próprio para os moradores, que hoje têm de passar por uma entrada controlada pela Marinha para acessar a área na qual moram.

Além disso, diferentemente da proposta anterior, a área que seria disponibilizada é a mesma na qual vivem os cerca de 500 habitantes da comunidade. Segundo a Marinha, se a nova proposta for aceita, cerca de 10% dos moradores teriam de se mudar – ante quase a totalidade do previsto na proposta anterior. A proposta também contempla obras, orçadas em R\$ 500 mil, em reforma e reconstrução de imóveis que ameaçam desabar dentro da comunidade. A situação ocorre por falta de acesso dos moradores a materiais de construção, que têm entrada vetada na base naval.

A expectativa é que os quilombolas deem uma resposta sobre a proposta até o dia 16, quando está prevista uma nova reunião entre as partes. Segundo a Marinha, a oferta é a maior que pode ser oferecida, já que apenas deixa de fora a área na qual vivem os cerca de 400 militares da Base Naval e a barragem do Rio dos Macacos, cuja proteção, de acordo com o governo federal, é estratégica para o fornecimento de água e energia elétrica para o complexo militar.

Apesar de reconhecer o avanço na proposta, as lideranças dos quilombolas adotam cautela sobre o tema. “Negociar território é como negociar nossa história”, diz a líder da comunidade, Rose Meire dos Santos Silva.

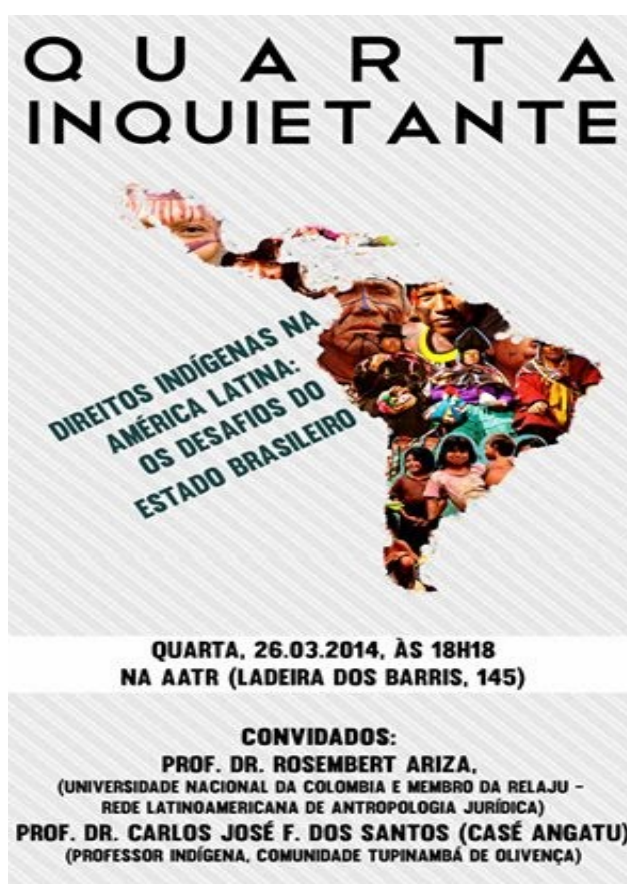
Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Convite: Quarta Inquietante em Salvador – “Direitos Indígenas na América Latina: Os Desafios do Estado Brasileiro”, amanhã, 26 de março
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2014



Quarta (26/03/2014) às 18h18 estaremos em Salvador na sede da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR desenvolvendo atividade com a temática: “Direitos Indígenas na América Latina: os Desafios do Estado Brasileiro”.

Na ocasião Casé Angatu (Prof. Dr. Indígena Carlos José – Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus/Bahia, acompanhado de Indígena Tupinambá de Olivença) e o Prof. Dr. Rosembert Ariza (Universidade Nacional da Colômbia) debateremos a atuação do Estado e da Justiça em relação aos Povos Originários, bem como suas diferentes formas de resistência.

A AATR possui um histórico de lutas pelo Direito à Terra das populações que vivem no campo. Agora, cada vez mais, atua na luta dos Povos Originários, como vem atuando junto aos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Tupinambá de Olivença.

Local: Ladeira dos Barris, 145 – Salvador – AATR (pegar a Bonocô para chegar na Piedade. Alguns pontos de referência são: Biblioteca dos Barris, Praça da Piedade, Shopping Center Lapa. Qualquer coisa me me liga! 71 91977266)

Convidamos todas e todos à participarem.



Seminário Carajás 30 anos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2014



Durante os dias 21 a 23, realizamos em Marabá um seminário que teve o caráter de preparatório para o SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS a ser realizado em São Luís – MA durante os dias de 05 a 09 de maio. O tema geral foi um questionamento: DESENVOLVIMENTO OU SAQUE E DESTRUIÇÃO?

Participaram do seminário em torno de 180 pessoas entre não indígenas e indígenas, de movimentos sociais e estudantes e professores das universidades, UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará, UFPA – Universidade Federal do Pará, UEPa – Universidade do Estado do Pará, do IFPA – Instituto Federal do Pará, de escolas de ensino médio de Marabá e o Juiz do Trabalho Jonatas Andrade. As pessoas vieram de São Luís, Açailândia (Maranhão), Belém, Rondon do Pará, Palestina, São Domingos, São João do Araguaia, Tucuruí, São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Xinguara, Canaã dos Carajás, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Marabá(Pará) e de São Paulo (SP).

A abertura, no dia 21, foi feita com palestra proferida pelo professor Aluizio Leal, com o tema “A atual dinâmica do Capital na Amazônia e suas contradições”; durante o dia 22, nos períodos pela manhã e à tarde foram feitas discussões em grupos de trabalhos, sobre: Questão do Trabalho, Agrária, Ambiental, Urbana, indígena, As resistências e lutas populares, Infraestrutura e logística, Siderurgia e Carvoejamento, Gênero e Geração, e Juventude. Todos os temas voltados para a região de Carajás nos últimos 30 anos; à noite ocorreu a palestra proferida pela professora Edna Castro (UFPA/NAEA) com o tema “Expansão da fronteira e megaprojetos de infraestrutura”; até ao meio dia, sínteses dos trabalhos de grupos, encaminhamentos para as propostas e encerramento.

Na noite do dia 22 foram feitas homenagens a cinco pessoas da região consideradas importantes pelos seus trabalhos desempenhados junto aos movimentos sociais: ao Raimundinho, do CEPASP, Emanuel Wamberque, do antigo CAT, Almir Ferreira Barros, ex-presidente do STR de São João do Araguaia, Paiaré (índio Gavião) representado pela sua filha Kátia, estudante do curso de Ciências Sociais (UNIFESSPA), Alice Margarida, hoje na EMATER, e Cledineusa (MIQCB), em São Domingos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

Foi observado que a força do capital na região só se intensifica a cada dia, e de forma brutal, com um índice de destruição e violência alarmante, tanto através do latifúndio como das iniciativas para geração de energia e exploração mineral. Na exploração mineral os problemas sociais e ambientais gerados vão desde a extração e transformação e a implantação e operação da logística de transporte do minério e transmissão de energia. E que o modelo não contribui para o desenvolvimento e melhoria de vida na região, continua um grande enclave, que ameaça e atinge de forma negativa a todos, do campo e das cidades. Se não bastasse a espionagem feita pelos órgãos de Estado sobre aqueles que se manifestam contrários à lógica imposta, a Vale também se acha no direito de desenvolver esta prática, para solicitar junto aos órgãos públicos a criminalização de pessoas e dos movimentos.

Os principais encaminhamentos foram: 1. Que todas as propostas saídas dos trabalhos de grupos sirvam como orientação para as lutas nos locais, contra o avanço do capital e sua feroz destruição da vida; 2. Desenvolver trabalhos locais para organização dos povos para resistências e enfrentamento ao capital representado pelas empresas e o Estado; 3. Organizar uma apresentação pública das propostas do seminário; e 4. Preparação para o seminário em São Luis, nos dias 05 a 09 de maio de 2014.

Marabá, 24 de março de 2014.

CPT, Cepasp, PNCSA, MST, MAB, MdA, MAM, MTM, JnT, CIMI, ICH e IEDAR/UNIFESSPA, STTR de Canaã dos Carajás, Sindicato dos Urbanitários, Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense.



Carta Aberta das Comunidades Indígenas Tupiniquim e Guarani do Estado Espírito Santo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.03.2014

No dia 24 de março de 2014, estiveram reunidos na Aldeia Córrego D'ouro município de Aracruz-ES, os indígenas das Aldeias: Comboios, Córrego D'ouro, Caieiras Velhas, Pau Brasil, Irajá e Areal povo Tupiniquim, e Boa Esperança, Piraqueaçu, Três Palmeiras e Olho D'água povo Guarani, para avaliar a atitude tomada pela Empresa Vale do Rio Doce. É importante abordar um pouco do histórico das discussões entre as partes envolvidas para o conhecimento de todos.

Nós povos indígenas estivemos reunidos na Aldeia de Comboios na data de 21 de fevereiro do corrente ano, com os representantes da VALE, com o Procurador federal SR. DR. Amir Sanches, representantes da FUNAI, Brasília, o Coordenador Regional de Governador Valadares, Coordenador da CTL Aracruz, os coordenadores da Micro Regional ES na APOINME, a Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani e os moradores das Comunidades de Comboios e Córrego D'ouro. Na ocasião, a empresa Vale apresentou sua proposta referente ao passivo ambiental da Linha Férrea Vitória/Minas, tendo em vista os impactos diretos da TI Comboios e os impactos indiretos da TI Tupiniquim e Guarani no que se refere ao uso do território.

Após a apresentação da proposta feita pela Vale, as comunidades não concordaram com os valores apresentados por entenderem que os mesmos são insuficientes, e as justificativas não convenceram as mesmas.

Vale ressaltar que nós, povos indígenas Tupiniquim e Guarani, não estamos negociando o uso da terra e sim queremos que os nossos direitos sejam garantidos e compensados por não poder utilizar o percurso da TI onde está instalada a ferrovia no perímetro de 37,6 hectares. Em sua apresentação, a Vale propôs às comunidades indígenas o valor de aproximadamente R\$ 484.000,00, valores estes calculados de acordo com a monocultura de eucalipto, a partir de 2010, quando foi publicada a portaria de homologação da TI Comboios.

Devido a nós povos indígenas entendermos que o eucalipto não é de nossa cultura, e que no passivo ambiental deveríamos requerer o período de tempo que a linha férrea esta instalada na terra indígena, que é de 34 anos, o valor seria de R\$ 34 milhões, se calculados em cima de uma produção agrícola rentável em nossa região (abacaxi). Porém, estamos reivindicando o passivo ambiental apenas no valor de 19 milhões. Na ocasião da reunião apresentamos esta proposta para os representantes da Empresa Vale, a qual os mesmos solicitaram um prazo até o dia 18 de março para elaborarem uma contra proposta.

Na data acordada entre as partes envolvidas minutos antes de acontecer a reunião, a Vale simplesmente mandou uma mensagem para o celular de uma liderança em que dizia que não iria comparecer a reunião, desrespeitando os moradores das Aldeias, representantes da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 54./ 2014

Brasília, 25 de março de 2014.

FUNAI/Brasília, representantes da CR/ Valadares, MPF e a Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani. Na ocasião, nós lideranças indígenas reunidos decidimos ocupar a linha férrea que perpassa a Aldeia Córrego do ouro devido a falta de respeito que a Vale vem tendo com as Comunidades Indígenas.

No dia 22 de março, o Procurador FEDERAL Sr. Dr. Almir Sanches entrou em contato com as lideranças indígenas propondo uma reunião com as partes envolvidas para resolver o impasse, e para que isto ocorresse era necessário nós indígenas desocupar a linha férrea. A pedido do procurador desocupamos o local na expectativa de acontecer a reunião com a empresa datada para o dia 24 de março do corrente ano, e mais uma vez a Vale não compareceu à reunião e fez alegações inconsistentes.

Diante do exposto, nós indígenas Tupiniquim e Guarani do Estado do Espírito Santo decidimos ocupar a linha férrea até que a empresa Vale venha dialogar com as nossas comunidades para encontrarmos uma solução para o impasse do passivo socioambiental.

É importante ressaltar que nós, povos indígenas do ES, sempre estivemos abertos para o diálogo e devido a diversas tentativas mal sucedidas tivemos que tomar esta atitude, pois acreditamos que os nossos direitos estão garantidos na Constituição Federal e que os diversos tratados aos quais o Estado Brasileiro é signatário estão sendo violados.

Aldeia Córrego D'ouro, 24 de março de 2014.

Povos Indígenas Tupiniquim e Guarani do ES.